

**FORMAÇÃO DOCENTE E INCLUSÃO: O PAPEL DA EXTENSÃO NA
FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DO
SERIDÓ-RN**

**FORMACIÓN DOCENTE E INCLUSIÓN: EL PAPEL DE LA EXTENSIÓN
EN LA FORMACIÓN CONTINUA DE DOCENTES EN LA RED PÚBLICA DE
SERIDÓ-RN**

**TEACHER EDUCATION AND INCLUSION: THE ROLE OF EXTENSION IN
THE CONTINUING EDUCATION OF TEACHERS IN THE PUBLIC
NETWORK OF SERIDÓ-RN**

Ana Clara de Medeiros Dantas¹
Daniele Pereira Brandão²
Kátia Regina Lopes Costa Freire³

Resumo: O presente artigo apresenta reflexões acerca dos resultados da oferta de um Curso de Extensão durante os meses de maio a outubro de 2021, voltado aos professores e gestores da região do Seridó-RN, acerca do ensino e avaliação dos alunos com Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem. A necessidade desta formação deu-se após resultados de Pesquisas de Iniciação Científica que apontaram a carência de cursos na área como um dos maiores entraves a inclusão destes alunos. Com a concretização desta ação, surgiu a necessidade de analisar os possíveis impactos nas práticas pedagógicas dos docentes participantes, e, assim, foram aplicados questionários *on line*, com este objetivo. As análises dos relatos dos docentes apontaram para resultados positivos em suas práticas com os alunos com transtornos de aprendizagem, enfatizando a importância do papel da Universidade na formação continuada de professores.

Palavras-chave: Extensão. Ensino Superior. Formação docente. Inclusão.

Resumen: Este artículo presenta reflexiones sobre los resultados de la oferta de un Curso de Extensión durante los meses de mayo a octubre de 2021, dirigido a docentes y directivos de la región de Seridó-RN, sobre la enseñanza y evaluación de alumnos con Trastornos y Dificultades de Aprendizaje. La necesidad de esta formación surgió luego de los resultados de la Investigación de Iniciación Científica que señalaron la falta de cursos en el área como uno de los mayores obstáculos para la inclusión de estos estudiantes. Con la realización de esta acción, surgió la necesidad de analizar los posibles impactos en las prácticas pedagógicas de los docentes participantes, por lo que se aplicaron cuestionarios en línea, con este objetivo. El análisis de los relatos de los profesores apuntó resultados positivos en sus prácticas con alumnos con trastornos de aprendizaje, destacando la importancia del papel de la Universidad en la formación permanente de los profesores.

¹ Graduanda em Pedagogia pela UFRN. Bacharel em Ciência e Tecnologia pela UFERSA. Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES)/Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). clara.dantas.117@ufrn.edu.br.

² Graduanda em Pedagogia pela UFRN. Centro de Ensino Superior do Seridó/Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). daniele.brandao.099@ufrn.edu.br.

³ Doutora em Educação, professora adjunta do Departamento de Educação da UFRN. Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES)/Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). katia.regina.freire@ufrn.br.



Palabras clave: Extensión. Enseñanza superior. Formación de profesores. Inclusión.

Abstract: This article presents reflections on the results of the offer of an Extension Course during the months of May to October 2021, aimed at teachers and managers in the region of Seridó-RN, about the teaching and evaluation of students with Learning Disorders and Difficulties. The need for this training came after the results of Scientific Initiation Research that pointed out the lack of courses in the area as one of the biggest obstacles to the inclusion of these students. With the completion of this action, the need arose to analyze the possible impacts on the pedagogical practices of the participating teachers, and, thus, online questionnaires were applied, with this objective. The analysis of the professors' reports pointed to positive results in their practices with students with learning disorders, emphasizing the importance of the University's role in the continuing education of professors.

Keywords: Extension. University education. Teacher training. Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

Com o objetivo de refletir sobre as possíveis contribuições trazidas pela formação continuada e os reflexos nas práticas de ensino e avaliativas dos docentes participantes de um curso de extensão, este artigo se embasa em autores como Nóvoa (1999), Tardif e Lessard (2005) nas discussões sobre formação docente e pesquisa em educação e em Rotta *et al.* (2015) e Consenza & Guerra (2011) ao apresentar o tema central do curso ofertado. São abordados, ainda, documentos oficiais sobre a inclusão escolar.

Com relação as pesquisas desenvolvidas na área da educação, Tardif e Lessard (2005, p. 23) afirmam que “o perigo que ameaça a pesquisa sobre a docência são as abstrações”, pesquisas gerais e abstratas que ao analisarem a prática docente, enfatizam sobremaneira conceitos como “didática”, “aprendizagem” ou “cognição”, entretanto, desconsideram os contextos institucionais e sociais, as dificuldades enfrentadas na realidade cotidiana do docente, dentre outros fatores relacionados às suas práticas. Assim, as pesquisas apresentam uma dissociação entre educação e trabalho docente, fazendo referências à escola de forma implícita ou parcial.

Com o intuito de nos aproximarmos da realidade do trabalho docente dos profissionais da educação que atuam em contexto de diversidade, foram desenvolvidas duas pesquisas pelo Departamento de Educação do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES/ UFRN): “Mapeamento das práticas pedagógicas em contextos escolares de diversidade e inclusão: análise realizada em escolas da região do Seridó/RN” em 2020 e “Percepções e concepções acerca dos transtornos e dificuldades de aprendizagem: um estudo na rede municipal de ensino de Caicó” em 2021 e 2022. As pesquisas apontaram como maior entrave ao desenvolvimento de práticas inclusivas, a falta de conhecimento

específico acerca do tema, relacionado tanto às formações iniciais dos professores investigados, quanto à carência de cursos de formação continuada sobre a temática.

Neste íterim, foi desenvolvido um projeto de extensão que teve como uma de suas ações a oferta do “Curso de capacitação em Transtornos e Dificuldades de aprendizagem: estratégias de ensino e avaliação”, com carga horária de 60 horas. Este artigo apresenta os resultados de pesquisa desenvolvida após sete meses de término do curso com o objetivo de verificar se o acesso aos conhecimentos ofertados pela formação apresentou resultado nas práticas pedagógicas dos docentes participantes.

Nóvoa (1999) argumenta que apesar do excesso de discursos em defesa da centralidade da figura do professor, a educação é na verdade marcada pela pobreza de políticas públicas e de formação de professores. Ao abordar a formação inicial e continuada de professores, destaca o papel da Universidade ao endossar a dicotomia teoria/prática e assumir uma postura de “desvalorização da profissão, uma vez que provocam a deslegitimação dos professores enquanto produtores de saberes”, ao se assumirem como “autoridades científicas” no campo educativo (p. 05). Diante disso, o curso foi elaborado no sentido de evitarmos uma postura na qual a Universidade figurasse como a detentora dos saberes. A proposta foi de ressignificarmos juntos os saberes sobre a área da inclusão, dando aos professores participantes o protagonismo necessário nesse processo.

Considerando a situação pandêmica, que estava em pleno vigor durante a execução do projeto, o curso foi desenvolvido de maneira remota e, o que inicialmente soou como um possível prejuízo aos participantes, logo se mostrou positivo uma vez que possibilitou a participação de maior número de professores e se estendeu a outros estados brasileiros, como Rio de Janeiro, Tocantins e Sergipe. Com isso, as trocas de experiências e de conhecimentos tomaram proporções nacionais.

No que diz respeito ao tema do curso de capacitação, é importante contextualizar a Inclusão escolar e os conceitos que são abordados neste artigo. Inclusão escolar é um conceito amplo que prevê a garantia de acesso, permanência e ascensão aos diferentes níveis de ensino, à uma educação de qualidade, a todos os sujeitos, independente de questões étnicas, religiosas, deficiências ou qualquer fator que o coloque na posição de minoria. No Brasil, convencionou-se associar a Inclusão aos direitos das Pessoas com deficiência, o que o título da Lei Brasileira de Inclusão, Estatuto da Pessoa com Deficiência, consolidou. No entanto, os alunos com Transtornos e Dificuldades de



Aprendizagem não possuem deficiência e, assim sendo, estariam de fora do grupo alvo das políticas inclusivas. Para este artigo, utilizaremos o conceito de Necessidades Específicas adotado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em sua política de inclusão e acessibilidade:

aquelas que apresentam em contextos acadêmicos ou profissionais necessidades específicas em consequência de condições, em caráter permanente ou temporário, que, em interface com as diversas barreiras, podem requerer apoio institucional especializado no processo de ensino aprendizagem-avaliação ou no desenvolvimento das atribuições profissionais, a fim de que lhes sejam oportunizadas a equiparação de condições que os levem à expressão plena de seu potencial e de participação. (BRASIL, RESOLUÇÃO 026, CONSUNI/UFRN, 2019).

Assim, compreende-se que a Inclusão escolar consiste na oferta de educação de qualidade a todos, inclusive às pessoas com deficiência, não sendo apenas a garantia do acesso à educação através de legislações específicas, mas sobretudo a promoção plena do desenvolvimento das habilidades e capacidades, respeitando suas limitações, afim de que todos os indivíduos tenham condições de prosseguirem em suas formações.

2. METODOLOGIA

Para melhor compreensão, serão descritas as metodologias adotadas na elaboração e execução do curso de extensão e, posteriormente, a metodologia adotada na pesquisa desenvolvida junto aos professores que participaram do curso.

Para embasamento teórico do curso foram eleitas as contribuições dos psicólogos cognitivistas Lev. S. Vygotsky (1997, 2008, 2017, 2008b) e Reuven Feuerstein (2014), além das concepções da Neuroeducação acerca dos processos de desenvolvimento e aprendizagem de crianças e jovens com Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem. O curso foi elaborado dentro de uma proposta sócio interacionista, tendo a interação como propulsora da aprendizagem e o protagonismo dos profissionais neste processo.

Para sua execução, contou com a participação de alunos da graduação, pós-graduação, professores do Departamento de Educação e professores da rede pública de ensino que atuam na área da inclusão, que participaram de reuniões semanais, desde o planejamento do curso e mesmo durante os módulos, sempre reavaliando as práticas e refletindo sobre o andamento dos módulos. O curso de 60 horas foi dividido em 6



módulos, cada um contando com três encontros síncronos de 3 horas e 30 minutos, em média. Os módulos e materiais utilizados permanecem disponíveis na plataforma de vídeo, com *lives* que alcançaram mais de 3 mil visualizações.

No que diz respeito a pesquisa realizada após o término do curso, foi realizado um estudo descritivo e exploratório, de abordagem qualitativa, uma vez que esta possibilita maior aproximação com o cotidiano e as experiências vividas pelos próprios sujeitos (MINAYO, 1993). Esse tipo de pesquisa “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2006).

Dessa forma, um estudo descritivo permite relacionar dados e fenômenos sociais, discorrendo acerca das contribuições que o curso possa ter trazido às práticas pedagógicas que os professores têm desenvolvido junto aos alunos com Necessidades específicas.

A abordagem qualitativa, de acordo com Gephart (2004), fornece uma narrativa da visão da realidade dos indivíduos, sendo altamente descritiva e amplamente utilizada nos estudos das áreas de humanas. Ela ainda dá uma ênfase aos detalhes situacionais, permitindo uma boa descrição dos processos (GEPHART, 2004).

Os dados foram coletados por meio de formulário eletrônico enviado aos professores que participaram da formação supracitada. O curso contou com 825 inscritos, tendo sido utilizado como critério o envio do questionário aos professores que apresentaram uma frequência igual ou superior a 75% da carga horária total do curso, contabilizando, assim, 356 pessoas, das quais 70 pessoas responderam.

3. FUNDAMENTAÇÃO, RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inclusão educacional das pessoas com deficiência é uma conquista da sociedade contemporânea, que teve o século XX e XXI como palco de mudanças fundamentais para a passagem do conceito de Educação Especial para a Educação Inclusiva. De acordo com Mazzotta:

Foi principalmente na Europa que os primeiros movimentos pelo atendimento aos deficientes, refletindo mudanças na atitude dos grupos sociais, se concretizam em medidas educacionais. Tais medidas educacionais foram se expandindo, tendo sido primeiramente levadas para os Estados Unidos e Canadá e, posteriormente, para outros países, inclusive o Brasil. (MAZZOTTA, 2005, p. 17).

No Brasil, os primeiros passos para o atendimento às pessoas com deficiência consistiram na criação de instituições de Educação Especial, nas quais aquelas permaneciam segregadas da sociedade, sob o discurso de estarem recebendo educação apropriada e por profissionais especializados. Atualmente a Educação Especial consiste numa modalidade de ensino e deve ser ofertada de forma complementar ao ensino regular, não obrigatória, sendo uma forma válida de tratamento diferenciado (discriminação positiva), assegurada pela Constituição Federal de 1988 e por convenções e tratados internacionais. (FÁVERO, 2007).

Se por um lado, a Inclusão da pessoa com deficiência apesar dos avanços legais, ainda permanece distante dos ideais defendidos; por outro, a situação dos alunos com Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem, é ainda mais delicada. Os avanços legais são tímidos, muitas vezes restritos a decretos estaduais⁴ e, mesmo assim, as escolas privilegiam o Atendimento Educacional Especializado aos alunos com deficiência, uma vez que para estes existe normativa federal. Cabe salientar que as condições de oferta do Atendimento Educacional Especializado já não são suficientes para atender aos alunos com deficiência, com salas de recursos fechadas, falta de professores e de recursos.

Para a oferta de um ensino de qualidade, os professores precisam estar preparados e constantemente atualizando seus conhecimentos, sendo este um direito assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases, garantindo em seu artigo 62 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que os profissionais da educação tenham acesso a cursos e capacitações para aprimorar suas habilidades práticas e teóricas. Desse modo, está disposto que “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.”

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), informa em seu artigo 27 que a educação é direito da pessoa com deficiência e deve ser assegurado um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e ao longo de toda a vida, “de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.”

⁴ No estado do Rio Grande do Norte a resolução nº 03/2016-CEB/CEE/RN, de 23 de novembro de 2016 garante o atendimento educacional especializado para alunos com Transtornos de Aprendizagem.



(BRASIL, 2015). Para que isto seja possível, o artigo 28 afirma que cabe ao poder público, assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

II - Projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia; (BRASIL, 2015).

A referida lei também delega ao poder público a obrigação de adotar práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores.

Com relação aos direitos dos alunos com Transtornos de aprendizagem, a Lei Nº 14.254 de novembro de 2021, em seu artigo 1º afirma que o poder público deve desenvolver e manter programa de acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem e, mais adiante no artigo 5, afirma que os sistemas de ensino devem garantir aos professores da educação básica amplo acesso à informação e formação continuada para capacitá-los à identificação precoce dos sinais relacionados aos transtornos de aprendizagem, bem como para o atendimento educacional escolar dos educandos.

Assim sendo, as leis em vigência no Brasil, em tese, dão o suporte necessário para que profissionais da educação possam exercer suas atividades com qualidade e dignidade. Entretanto, pesquisas desenvolvidas na região seridoense, como exposto por Brandão e Freire (2021) e Dantas e Freire (2021), demonstram que as necessidades formativas dos professores acerca da temática dos transtornos e dificuldades de aprendizagem não estão sendo atendidas.

Com o intuito de otimizar o entendimento sobre a área, torna-se relevante a compreensão de que os Transtornos de aprendizagem possuem origem neurobiológica, sendo possível serem diagnosticados desde a infância ou na fase adulta, podendo estar presentes em um indivíduo de maneira isolada ou em conjunto. Segundo o Manual Diagnóstico e Estatísticos de Transtornos mentais (DSM-V) os transtornos específicos da aprendizagem, se caracterizam por déficits específicos na capacidade individual para perceber ou processar informações com eficiência e precisão e por dificuldades persistentes e prejudiciais nas habilidades acadêmicas de leitura, escrita e/ou matemática, podendo ocorrer em pessoas com altas habilidades. “Para todas as pessoas,



o transtorno específico da aprendizagem pode acarretar prejuízos duradouros em atividades que dependam das habilidades, inclusive no desempenho profissional.” (DSM-V, 2014, p. 32).

Ademais, é necessário salientar que é importante que haja a mediação por múltiplos profissionais especializados para o diagnóstico e intervenções adequadas para o melhor desenvolvimento dos indivíduos com necessidades específicas. Nesse sentido, Rotta *et al.* (2015), afirma que:

[...] é necessária uma equipe multidisciplinar e interdisciplinar, para que se possa entender a criança como um ser global, e não dividida em pequenas situações que serão, cada uma, avaliadas e tratadas ao mesmo tempo e de forma isolada. Dependendo da situação, devem fazer parte dessa equipe, nas combinações necessárias: pedagogo, pediatra, neuropediatra, psicólogo, psiquiatra infantil, fonoaudiólogo, otorrinolaringologista, oftalmologista, educador especial, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional e assistente social. (ROTTA *et al.* 2015, p. 101).

Enquanto isso, as dificuldades de aprendizagem se relacionam com diversas causas externas ao indivíduo, uma vez que, se originam das interações entre as pessoas e com o meio. Consenza e Guerra (2011) especificam que essas questões advêm de muitos fatores, tais como: socioeconômico que impõem a restrição de acesso a livros e outros meios de informações, falta de ambiente e qualidade de estímulo para a aprendizagem e até falta “de acesso às experiências sensoriais, motoras e sociais que são fundamentais para o adequado funcionamento e para a reorganização de seu sistema nervoso. (CONSENZA & GUERRA, 2011, p.131).

Diante da compreensão da importância do tema e tendo como justificativa os dados levantados nas pesquisas desenvolvidas que demonstraram que cerca de 80% dos participantes da pesquisa declararam não se sentirem preparados para atuar com alunos que apresentem Transtornos e Dificuldades de aprendizagem (DANTAS; FREIRE, 2021), foi elaborado o curso de extensão. Dada a relevância do tema e característica da pesquisa, optou-se por investigar após a conclusão do curso, os resultados e possíveis contribuições desta experiência nas práticas dos docentes participantes. Quando questionados sobre se o curso teria apresentado contribuição positiva em sua formação profissional, 100% dos participantes afirmaram que sim, o que demonstra o quanto são necessárias ações neste sentido, pois levando em conta a quantidade de pessoas que avaliaram tal contribuição, a aprovação unânime da atividade ratifica a importância destas ações aos professores.

Nessa perspectiva, também se questionou como os participantes julgavam suas práticas antes e depois da ação de extensão. E com exceção de três pessoas que se abstiveram de responder, o retorno, de modo geral, foi positivo, uma vez que, comentários como “aprendi muito”, “tive minha prática totalmente revista”, “está cada vez melhor, consigo compreender melhor meu aluno e auxiliá-lo em seu desenvolvimento” e “com melhoras positivas” puderam ser observadas com frequência.

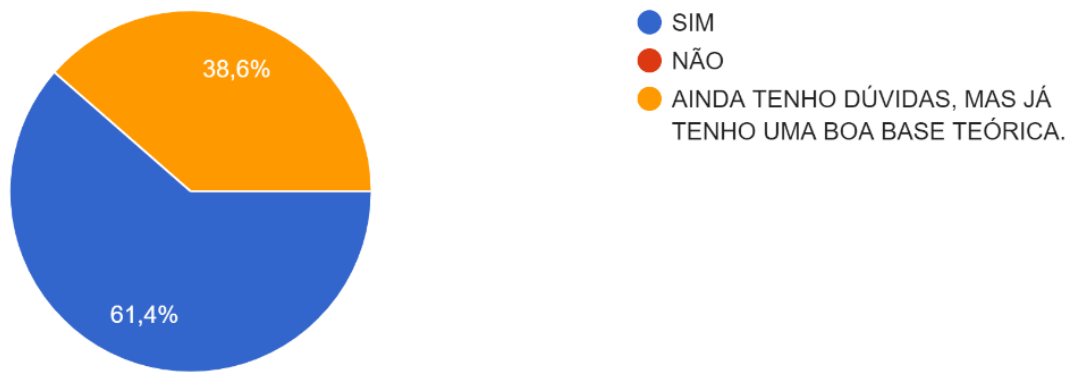
Desse modo, era preciso investigar as transformações ocasionadas pela oportunidade de formação oferecida, averiguando se houveram mudanças significativas no exercício profissional dos participantes, tendo em vista os temas abordados durante o curso e que,

[...] pensar na formação do professor envolve, assim, capacitá-lo, dentre outras coisas, para lidar com o conflito resultante do confronto entre os saberes diversificados dos diferentes grupos sociais que freqüentam a escola, e aquele saber sistematizado presente em um determinado momento histórico-social e que a escola se propõe a transmitir. (NUNES, 2001, p.20).

À vista disso, os participantes responderam se, diante da capacitação, suas práticas de ensino e de avaliação se modificaram e se sim, em que sentido isso aconteceu. Para esse questionamento, 4 (quatro) pessoas, o que equivale a 5,71% dos pesquisados, responderam que o curso foi indiferente para suas práticas, justificando esse posicionamento por não atuarem diretamente com alunos com Transtornos e dificuldades de aprendizagem. Entretanto, os demais (94,29%) mencionaram a ocorrência de mudanças substanciais em suas práticas. Os relatos fazem alusão ao refinamento de suas práticas, reformulação de métodos avaliativos, escolha de melhores estratégias para abordar os alunos, e conseqüentemente possibilitando uma maior confiança para sua prática docente.

Independentemente dos retornos positivos, ainda foi possível identificar um certo receio e insegurança sobre trabalhar com alunos que apresentam Transtornos ou dificuldades de aprendizagem. Ao serem questionados se, após o curso, se sentiam mais preparados para trabalhar com estes estudantes, as respostas encontram-se demonstradas no gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Profissionais que, após o curso, sentem-se melhor preparados para atuar com alunos com Transtornos e dificuldades de aprendizagem



Fonte: elaborado pelas autoras (2022).

Com efeito, mais de 60% dos participantes se posicionaram de modo afirmativo sobre a conjectura feita fazendo o contraponto com os 70% dos consultados, antes da ação de extensão, que afirmaram não terem um embasamento teórico suficiente para trabalhar com estudantes com transtornos e dificuldades de aprendizagem. Apesar de que as pesquisas antes e após o curso tiveram níveis de repercussão diferentes, nota-se por meio dos resultados coletados, que a extensão foi capaz de impactar positivamente aqueles que dela participaram.

Outrossim, é perceptível, no Gráfico 1, que algumas pessoas (38,6%) ainda têm ressalvas quanto a trabalhar com o público em questão, permitindo inferir que há espaço para melhorias, e, portanto, demonstram preocupar-se com o seu fazer docente. Assim como Paulo Freire (2019), esses profissionais motivam uma reflexão sobre a importância de constantemente repensarem suas práticas de ontem e de hoje para melhorar as do futuro.

Mediante as observações do retorno destes profissionais, pode-se perceber a assimilação considerável das temáticas ofertadas no projeto de extensão por estes participantes, além de demonstrar que ocorreu uma maior conscientização sobre a importância das intervenções a serem realizadas com os indivíduos que apresentam tais características específicas.

As análises feitas anteriormente, corroboram com o que foi posto acerca da importância da ação de extensão ofertada, que está em consonância com o que prevê o Art. 2º do capítulo I das disposições iniciais da resolução Nº 006/2022 - CONSEPE, de 26 de abril de 2022, que regulamenta estas atividades no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Sendo posto que,

A Extensão Universitária é uma atividade que se integra à matriz curricular e à pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico, que promove a interação transformadora entre a instituição de ensino superior e os setores da sociedade por meio da produção e da troca do conhecimento. (BRASIL, CONSEPE/UFRN, 2022).

Ademais, de acordo com as análises, o projeto de extensão, no intuito de propor um curso de formação continuada acessível e gratuito, foi capaz de impactar positivamente os participantes da iniciativa, causando transformações nas suas metodologias de ensino e na compreensão sobre os transtornos e dificuldades de aprendizagem, proporcionando repercussões no processo formativo desses alunos, e consequentemente melhorando a qualidade de ensino.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionado anteriormente, este artigo faz referência a projeto de extensão que proporcionou um curso de capacitação visando a melhoria das intervenções pedagógicas de docentes da região do Seridó, propondo diálogos entre as teorias e práticas desenvolvidas, visando o atendimento aos alunos com Transtornos e Dificuldades de aprendizagem.

Para a escrita se considerou as pesquisas de Iniciação científica, mencionadas anteriormente, realizadas antes e após a oferta da ação de extensão. Diante do que foi exposto, foi possível compreender os impactos e as transformações ocasionadas pelo projeto e a importância de mais ações que extrapolem os muros da universidade e alcancem os profissionais da rede básica de ensino.

Com base nos resultados obtidos anteriormente ao curso, notou-se uma necessidade formativa acerca do tema dos Transtornos e dificuldades de aprendizagem na região do Seridó norterriograndense. Esse déficit ocasionava insegurança e equívocos quanto à atuação docente direcionada ao público em questão. Após a capacitação, mais de 60% dos consultados demonstraram sentir maior confiança e aptidão para ensinar e avaliar os seus alunos, reverberando na importância de haver mais oportunidades formativas para esses profissionais, estando, portanto, em concordância com as leis e políticas públicas em vigência.

No tocante às mudanças ocasionadas nas práticas dos profissionais que tiveram frequência igual ou superior a 75% no curso, os resultados observados ratificam que houve transformações significativas no fazer metodológico dos contribuintes da



pesquisa. Nesse sentido, 90% dos pesquisados demonstraram que a iniciativa proporcionou o aprimoramento de suas práticas, dando novos horizontes e possibilidades para o exercício de sua profissão.

Tendo em vista a legislação em vigência que versa sobre a disposição do ensino de qualidade, os profissionais da área da educação, para atender ao que está disposto, necessitam de melhores condições de trabalho, salários adequados, reconhecimento da importância do seu ofício, bem como investimentos em seu processo formativo. Levando em conta essa demanda, o projeto de extensão possibilitou uma contribuição pequena, mas significativa para a formação continuada dos professores, atendendo a uma necessidade presente na região.

Em suma, as pesquisas realizadas e o projeto de extensão executado, convergem na imprescindibilidade de mais ações que saiam dos muros da universidade e dialoguem com os profissionais que estão atuando no alicerce da educação, uma vez que, não há na região outras iniciativas que abarquem a temática em tela e apoiem a formação desses educadores.

Posto isso, vale ressaltar que muito já foi conquistado no sentido de ofertar uma educação de qualidade. Porém, as lacunas a serem preenchidas ainda são amplas, para além da universidade e das atividades por esta proporcionadas, tem-se a necessidade de maiores investimentos em políticas públicas e programas que de fato sanem a carência apresentada pelos professores, alunos e instituições, e que esteja em consonância com o que está descrito na legislação.

5. REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Daniele P; FREIRE, Kátia R. L. C. Mapeamento dos alunos com transtornos de aprendizagem matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal de ensino de Caicó-RN. In: **XXXII Congresso de iniciação científica e tecnológica da UFRN**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 10 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021. **Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.**



Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114254.htm> Acesso em 17 de ago de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 07 jul. 2022.

BRASIL. Resolução Nº 006/2022 CONSEPE, de 26 de abril de 2022. **Aprova o Regulamento de Extensão na Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. MEC: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022. Disponível em:<https://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/202222615018bb115670789e45fd8e1f64/res0062022-aprova_o_regulamento_de_extenso_da_UFRN-pagina.pdf> acesso em 15 set 2022.

BRASIL. Resolução Nº 026/2019 CONSUNI, de 11 de dezembro de 2019. **Institui a Política de Inclusão e Acessibilidade para as Pessoas com Necessidades Específicas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. MEC: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019. Disponível em:<https://www.ufrn.br/resources/documentos/politicas/politica_de_Inclusao_e_Acessibilidade.pdf> Acesso em 02 ago 2022.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE. RESOLUÇÃO Nº 03/2016-CEB/CEE/RN, 23 de novembro de 2016. **Fixa normas para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade de Educação Especial**. Disponível em: <http://www.diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20161210&id_doc=557370> Acessado em 15 set 2022.

CONSENZA, Ramon M.; GUERRA, Leonor B. **Neurociência e educação: como o cérebro aprende**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DANTAS, Ana C. M.; FREIRE, Kátia R. L. C. Práticas pedagógicas e avaliativas voltadas aos alunos com dificuldades e transtornos de aprendizagem. In: **XXXII Congresso de iniciação científica e tecnológica da UFRN**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021.

DSM-V. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Artmed Editora, 2014.

FLETCHER, J. M., LYONS, G. R., FUCHS, L. S., & BARNES, M. A. (2009). **Transtornos de aprendizagem: da identificação à intervenção**. Artmed Editora, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 60. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GEPHART, RP (2004). Pesquisa Qualitativa e Academy of Management Journal. **Revista Academy of Management**, v. 47, n. 4, p. 454-462.



GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

MINAYO, Maria C.S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

NÓVOA, António. A “nova” centralidade dos professores: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Cuadernos de Pedagogía**, n. 286, p. 102-108, dez.1999. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10451/684>> acesso em 15 set 2022.

NUNES, C.M.F. Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, Ano 22, n.74, p.27-42, abr. 2001.

ROTTA, Newra Tellechea; BRIDI FILHO, César Augusto; DE SOUZA BRIDI, Fabiane. **Neurologia e aprendizagem: abordagem multidisciplinar**. Artmed Editora, 2015.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis: Vozes, 2005.

Submetido em: 19/09/2022

Aceito em:24/10/2022